



J. R. Guzzo

De olho no pernil

O anúncio dos nomes dos ministros que vão formar o governo Lula deveria lembrar, em circunstâncias normais, a formação de uma equipe de trabalho. Não está sendo assim. Parece, muito mais, uma partilha de bens arrecadados – os trilhões de reais, na soma total, dos recursos que estarão à disposição de Lula, do PT e do vasto bonde formado em volta deles a partir de 1º de janeiro de 2023, e por pelo menos quatro anos.

É dinheiro que não acaba mais. Foi-se o tempo em que o Brasil era um paiseço indigente, desses que vivem pedindo esmola ao FMI ou aos “ban-

queiros internacionais”, e onde o governo não consegue comprar um rolo de esparadrapo. Hoje, só de impostos federais, são R\$ 2 trilhões – é o que foi arrecadado em 2022.

Some-se a isso os caixas hoje bilionários das empresas estatais, que nunca tiveram tanto lucro como nos últimos quatro anos, mais reservas internacionais em divisas que estão acima de US\$ 320 bi, mais isso e mais aquilo – e dá para se ter uma ideia do que vale, hoje, ter a chave do Erário deste país. É muito compreensível, ao mesmo tempo, o monumental esforço que foi feito para se chegar a ela.

Um mês e meio depois das

eleições, o governo Lula não apresentou a mais remota ideia do que poderia ser um plano de governo; também não disse nada durante a campanha eleito-

‘Políticas sociais’, etc. são apenas a senha para se entrar na montanha de dinheiro à espera das canetas

ral. No máximo, aqui e ali, foram expostos desejos vagos de adotar “políticas sociais”, de investir na “educação”, na “saúde” e na “cultura” ou de fazer do Brasil “um país feliz”.

Fala-se em índio, e em Ministério do Índio. Não há o menor risco de nada disso resultar em algum benefício real para a população. Lula e o seu entorno, do seu lado, não têm nenhum interesse sério nessas coisas – o olho de todo mundo está fixado neste imenso pernil que daqui a pouco vai para mesa.

“Políticas sociais”, etc. são apenas a senha para se entrar no sistema onde aquela montanha toda de dinheiro está à espera das canetas que vão determinar quem leva quanto, onde e como. A fome é tanta que nem os trilhões que estão aí foram suficientes. O primeiro ato concreto de Lula, assim

que o TSE declarou que ele tinha ganho as eleições, foi exigir mais dinheiro – nem chegou a entrar no Palácio do Planalto, mas já arrancou do pagador de impostos (é ele que paga, sempre; nunca é “o Congresso”) R\$ 170 bilhões para gastar a mais do que a lei permite. Imagine-se, então, depois que o seu governo começar.

Tudo isso, mais a determinação de destruir todos os mecanismos que foram postos em funcionamento para estabilizar a economia, passa hoje por virtude. É “capacidade de articulação política”, dizem. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. João Gabriel de Lima ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Pesquisa

Estudo mapeia sites públicos e aponta só 66% de transparência

Levantamento inédito mostra que acesso a dados dos três Poderes ainda é intermediário; apenas 4,5% dos portais têm nota máxima

ADRIANA FERRAZ

Passados 11 anos da vigência da Lei de Acesso à Informação, o nível de transparência pública no Brasil ainda é intermediário, segundo estudo realizado em 8.014 portais de todas as esferas de governo. Na média, a abertura proporcionada por sites de prefeituras, governos estaduais, legislativos locais, tribunais de contas e representantes do Judiciário é de 67,22%, quando o Almeida é de ao menos 95%.

Realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a pesquisa analisou 106 critérios comuns a todas as instituições e até 21 critérios especificamente elaborados para cada um dos Poderes ou órgãos. Apenas 363 sites (ou 4,5% dos mais de 8 mil pesquisados) foram classificados com o nível de transparência “diamante”, o mais alto, que representa de 95 a 100% de acesso. Outros 414 (5,2%) foram considerados

ouro e 551 (6,9%), prata. A grande maioria (5.298 ou 66,1%) ficou como intermediário (mais informações nesta página).

Para o cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV-SP, os rankings estaduais e municipais chamam a atenção. “Ser o Estado ou o município mais rico e mais desenvolvido não significa ser o mais transparente, o que demonstra o caráter de compromisso político dessas decisões”, afirma.

A capital paulista é exemplo dessa disparidade. Apesar de o índice de transparência do município ter ficado em 72,49% – maior que as médias nacional e municipal –, São Paulo fica muito abaixo ao fornecer dados sobre gestão fiscal (60%) e despesas (23,53%) e só alcança nota máxima nas informações básicas. Altamira, por sua vez, alcançou 97,77% de transparência, índice que coloca a cidade paraense na classificação almejada: diamante.

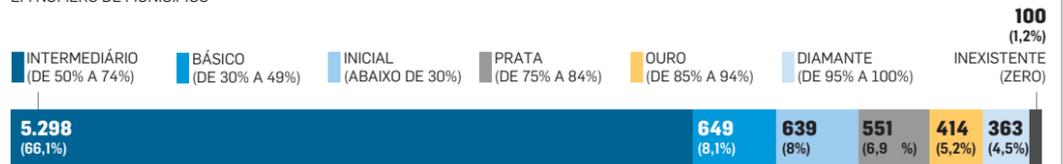
DIREITOS. O conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e presidente da Atricon, Cezar Miola, ressalta que em alguns casos nem sequer informações básicas, como horário de funcionamento de postos de saúde, por exemplo, são disponibilizadas ao cidadão.

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Estudo realizado em portais de mais de 4 mil municípios mostra que Brasil tem nível intermediário

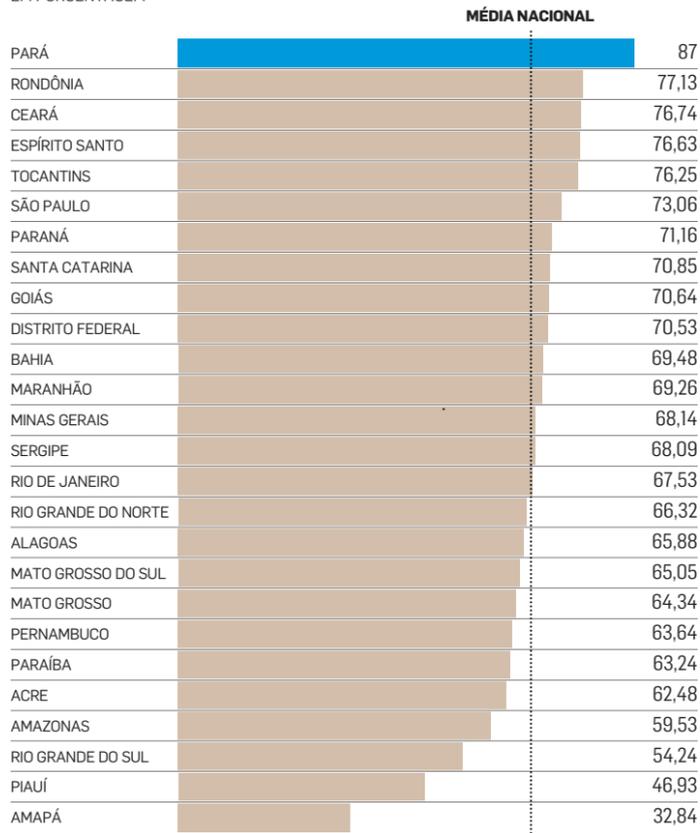
Classificação geral

EM NÚMERO DE MUNICÍPIOS



Classificação por Estado

EM PORCENTAGEM

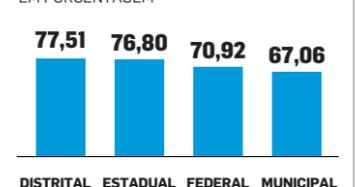


67,22

FONTE: ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Classificação por esfera de poder

EM PORCENTAGEM



Classificação por poder

EM PORCENTAGEM



“O acesso à informação garante outros direitos, como o do exercício da própria democracia. Esse estudo nos mostra que, apesar de a avaliação geral

não ser extremamente negativa, ela nos indica que estamos aquém do texto constitucional, que prevê o direito de se informar e de ser informado.”

Miola disse que o estudo será atualizado de forma constante para que a população possa acompanhar a evolução da transparência pública. ●